

19.12.2017

PROJETO DE LEI Nº ..., DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

Regulamenta a concessão da gratificação do adicional de insalubridade ou de periculosidade no âmbito da Câmara Municipal de Pelotas e dá outras providências.

Art. 1º Os cargos dos quadros de pessoal, efetivo ou em comissão, constantes do Anexo II da Lei nº 6.258/2017 – Anexo I desta lei – terão direito à concessão de gratificação pelo exercício de trabalho em condições de insalubridade ou de periculosidade na Câmara Municipal de Pelotas, desde que observado o disposto nas normas regulamentadoras relativas à segurança e à medicina do trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, devendo a existência do trabalho nessas condições ser apontada por laudo técnico expedido por engenheiro de segurança do trabalho ou médico do trabalho, aprovado pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pelotas.

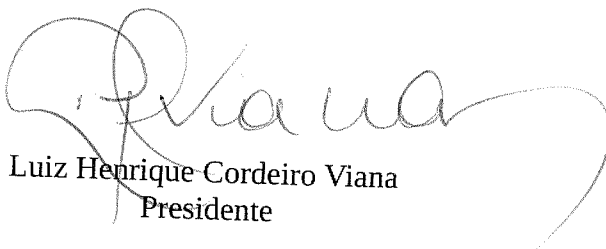
Art. 2º Os percentuais incidentes sobre o vencimento básico do cargo dos servidores com direito à gratificação pelo exercício de trabalho em condições de insalubridade ou de periculosidade na Câmara Municipal de Pelotas são aqueles previstos no artigo 33 da Lei 6.258/2017: I – Dez (10) por cento, por insalubridade de grau mínimo; II – Vinte (20) por cento, por insalubridade de grau médio; e III – Trinta (30) por cento, por periculosidade; IV – Quarenta (40) por cento, por insalubridade de grau máximo.

§ 1º No caso de incidência de mais de um (1) fator de insalubridade, ou da concorrência deste com a periculosidade, será considerado, para efeito de gratificação, o adicional correspondente ao grau que ensejar o percentual mais elevado, sendo vedada a percepção cumulativa.

§ 2º A eliminação das condições da insalubridade ou da periculosidade, ou a sua neutralização pelo administrador, determinará a imediata cessação do pagamento da gratificação respectiva.

Art. 3º O laudo pericial que atestar a insalubridade e a periculosidade para os respectivos cargos terá validade para uma legislatura, a contar da sua publicação pela Câmara Municipal de Pelotas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Luiz Henrique Cordeiro Viana
Presidente